

**MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
UNIVERSIDADE FEDERAL DE GOIÁS
REGIONAL GOIÂNIA
ESCOLA DE ENGENHARIA CIVIL E AMBIENTAL - EECA**

PROJETO:

**CURSO DE ESPECIALIZAÇÃO EM SANEAMENTO E SAÚDE AMBIENTAL (CESSA)
– MODALIDADE A DISTÂNCIA (EaD)**

GOIÂNIA-GO

2018

1. IDENTIFICAÇÃO DO CURSO:

1.1. Nome do Curso: CURSO DE ESPECIALIZAÇÃO EM SANEAMENTO E SAÚDE AMBIENTAL (CESSA) – MODALIDADE À DISTÂNCIA (EaD)

1.2. Regional: Goiânia

1.3. Unidade Acadêmica: ESCOLA DE ENGENHARIA CIVIL E AMBIENTAL (EECA)

1.4. Coordenador: Prof^a Dr^a. Katia Alcione Kopp

Telefones e e-mail: (62) 3209-6543; kakopp@gmail.com

1.5. Sub-Coordenador: Amone Inácia Alves

1.6. Telefones e e-mail: (62) 3209-6230; amoneinacia@yahoo.com.br

1.6. Secretário responsável pelo curso: a definir

Telefones e e-mail: 3209-6084 - san.rural@gmail.com

2. OBJETIVOS DO CURSO

O curso tem por objetivo promover o acesso ao conhecimento relacionado a práticas de saúde e saneamento junto a comunidades rurais visando qualificar profissionais para atuar em ações de promoção da saúde e segurança do saneamento em áreas rurais, estando este em consonância com os objetivos do Termo de Execução Descentralizada nº 05, de 14 de novembro de 2017 (TED 05/17) firmado entre a Fundação Nacional de Saúde (FUNASA) e a UFG/FUNAPE.

3. METODOLOGIA

O curso será formado por 5 (cinco) disciplinas distribuídas em dois semestres, sendo o terceiro semestre dedicado exclusivamente para o Trabalho de Conclusão de Curso (TCC).

Nas disciplinas, serão abordados os conteúdos relacionados ao saneamento ambiental e à promoção da saúde, valorizando os aspectos práticos, inserindo a discussão sobre problemas reais que possibilitem a busca de solução para os mesmos e o desenvolvimento da análise crítica dos educandos e educandas¹.

As aulas serão realizadas na modalidade a distância e, dessa forma, o curso será disponibilizado por meio de uma plataforma web, no Ambiente Virtual de Aprendizagem (AVA), através da plataforma Moodle. O acesso será feito por meio de login único e senha. O acompanhamento pedagógico será implementado por tutores especialistas e serão utilizadas estratégias síncronas e assíncronas, com os seguintes recursos metodológicos disponíveis: videoaulas, estudos de caso, vídeos sobre assuntos específicos, apostilas, animações, infográficos, fóruns, repositório de atividades, chat, e-mail, grupo de discussão, biblioteca virtual, mapas interativos, e-books, etc. O material didático será elaborado por professores especialistas participantes do projeto ou convidados externos e disponibilizado na plataforma web.

Durante o período de realização do curso serão realizadas avaliações presenciais em Goiânia. Estão previstas aos menos 4 (quatro) encontros presenciais.

¹ Usamos o termo educando, pois está de acordo com os princípios da Educação Popular de Paulo Freire.

Ao final do curso, o educando deverá realizar e apresentar um Trabalho de Conclusão de Curso (TCC). O TCC deverá envolver a realização de uma ação prática em alguma das comunidades participantes do projeto ou um relato de experiência ou uma revisão bibliográfica com possível análise das comunidades participantes do projeto. O TCC poderá ser realizado na forma de artigo técnico-científico, protocolos em saúde e saneamento voltados para as comunidades rurais, ou a elaboração de materiais didáticos e produtos técnicos relacionados à mesma temática a serem disponibilizados às escolas de ensino fundamental e médio do município selecionado.

O TCC poderá ser realizado em grupos de **até três educandos** e a sua apresentação será realizada em Goiânia em data e formato a serem definidos com os professores orientadores e a coordenação do curso.

4. NECESSIDADE/IMPORTÂNCIA DO CURSO PARA A UFG, REGIÃO E ÁREA DO CONHECIMENTO:

Em pleno século XXI um dos problemas mais graves e preocupantes para o Brasil, ainda é a falta de saneamento básico, sendo essa a problemática vivenciada especialmente em regiões mais pobres e que sofrem com a falta de políticas públicas.

As comunidades rurais e tradicionais, tais como quilombolas, ribeirinhos e assentados são as que mais sofrem com a falta de acesso a serviços de saneamento básico. Tal fato impacta de forma significativa a qualidade de vida dessas populações o que pode ser percebido pelos altos índices de mortalidade infantil, insalubridade, analfabetismo e de incidência de endemias verificadas nessas comunidades.

A sensibilização e capacitação de gestores municipais e locais é uma boa estratégia para promover a melhoria da qualidade de vida dessas comunidades, pois serão formados profissionais qualificados para atuar em ações de promoção da saúde e do saneamento em áreas rurais.

O curso de especialização em Saneamento e Saúde Ambiental unifica diferentes áreas de conhecimento, fornecendo assim a visão sistêmica sobre os impactos do saneamento básico sobre a prevenção de doenças e promoção da saúde necessária aos profissionais que atuam em comunidades rurais e tradicionais do Estado de Goiás.

5. CARACTERIZAÇÃO DO CURSO

5.1. Clientela Alvo: O curso é indicado a profissionais portadores de diplomas de nível superior que atuam na área da saúde e/ou saneamento no município e/ou em comunidades rurais/tradicionais em que residam, justificando sua afinidade pelo curso.

5.2. Carga Horária Total: 360 H (Art. 11. Da Resolução 1128/2012 - Os cursos de especialização terão duração mínima de trezentas e sessenta (360) horas, não computado o tempo de estudo individual ou em grupo sem assistência docente e o destinado à elaboração do trabalho de conclusão de curso.)

5.3. Tipo de Ensino: () Presencial () Semi-Presencial (X) À Distância

5.4. Periodicidade da Oferta: Anual () Bianual () Semestral () Outra (X)

5.5. Período de Realização: 29/10/2018 a 25/04/2020 Nº de meses: 18

5.6. Turno: Como as aulas serão ministradas em ambiente virtual de aprendizagem (AVA) o horário será realizado de acordo com as necessidades e possibilidades de cada educando, em horários flexíveis, e de acordo com o cronograma estabelecidos pelo(s) professor(es) das disciplinas. No entanto, os educandos assinarão um termo de consentimento a ser preenchido no período de matrículas, onde se comprometem a reservarem ao menos 10 horas semanais para que participem do curso. Quando houverem avaliações presenciais existirão dias e horários específicos para a realização das mesmas. As datas e horários serão informadas aos educandos pela secretaria do curso.

5.7. Número de Vagas: Serão oferecidas quinhentas (500) vagas, sendo dez por cento (10%) destinadas aos servidores da UFG.

5.8. Local onde as aulas serão ministradas: em ambiente virtual de aprendizagem disponível via plataforma Moodle.

6. PROPOSTA COM PREVISÃO DE FINANCIAMENTO DO CURSO?

(X) Sim () Não

Se a resposta for “Sim”, informar:

❖ **Identificação do Contrato:** TED 05/17

❖ **Nº do processo na UFG:** PI01904-2017

❖ **Órgão proponente:** Fundação Nacional de Saúde (FUNASA)

❖ **Forma de repasse de recursos financeiros à UFG:** Termo de Execução Descentralizada (TED)

7. GESTÃO FINANCEIRA

() Pró-Reitoria de Administração e Finanças

(X) Fundação de Apoio

Se for Fundação de Apoio informar:

❖ **Nome da Fundação de Apoio:** Fundação de Apoio à Pesquisa UFG (FUNAPE)

❖ **Previsão de ingresso anual subsequente de estudantes:** (se houver)

a. 1º ano: _____

- b. 2º ano: _____
c. 3º ano: _____

8. ESTRUTURA E FUNCIONAMENTO DO CURSO

8.1. O Processo de seleção, inscrição e matrícula será executado de acordo com o Edital de seleção elaborado pela Coordenação do curso e aprovado pela Unidade Acadêmica responsável.

8.2. Cronograma de Realização de Disciplinas (preenchimento obrigatório)

Disciplinas	Período	Local onde será realizado a aula
Fundamentos da EaD e ambientação digital	29/10/2018 a 11/11/2018	Aula presencial e em ambiente virtual de aprendizagem
Comunidades rurais e tradicionais e seu ambiente	12/11/2018 a 13/01/2019	Ambiente virtual de aprendizagem
Metodologia científica e do trabalho popular	14/01/2019 a 10/03/2019	Ambiente virtual de aprendizagem
Promoção da Saúde em Comunidades Rurais	11/03/2019 a 16/06/2019	Ambiente virtual de aprendizagem
Saneamento básico rural	17/06/2019 a 26/10/2019	Ambiente virtual de aprendizagem
Trabalho de conclusão de curso (TCC)	28/10/2019 a 25/04/2020	Ambiente virtual de aprendizagem

8.3. Previsão de Período de realização do trabalho de conclusão do Curso.
Defesa das monografias até 25 de abril de 2020.

8.4 Estrutura Curricular (preenchimento obrigatório de todas as colunas)

Disciplinas	Carga Horária				Docente Responsável e Participantes (nome completo e sem abreviações)	Titulação	CPF de docente EXTERNO À UFG	IES onde está atuando
	T	P	Total	CH por docente				
Fundamentos da EaD e ambientação digital	8		8	4 4	Katia Alcione Kopp Amone Inácia Alves	Dra. Dra.		UFG UFG
Comunidades rurais e tradicionais e seu ambiente	70		70	25 10 10 25	Karla Emmanuela Ribeiro Hora Gislei Siqueira Knierim Danielle Silva Beltrão Kleber do Espírito Santo Filho	Dra. Ma. Dra. Dr.	- 468.701.800-91 - -	UFG FIOTEC UFG UFG
Metodologia científica e do trabalho popular	60		60	30 5 20 5	Amone Inácia Alves Patrícia Layne Alves Katia Alcione Kopp Karla Emmanuela Ribeiro Hora	Dra. Dra. Dra. Dra.	- 001.391.521-56 - -	UFG IFG UFG UFG
Promoção da Saúde em Comunidades Rurais	90		90	13 5 15 10 15 5 5 7 10	Daniela Dallegrave Otaliba Libânia de Moraes Neto Valéria Pagotto Rafael Alves Guimarães Leandro Nascimento da Silva Rodrigues Fabíola Souza Fiaccadori Marcos André de Matos Lilian Carla Carneiro Bárbara Souza Rocha Humberto Carlos Ruggeri Júnior	Dra. Dr. Dra. Me. Dr. Dra. Dr. Dra. Dra. Dr.		UFG UFG UFG UFG UFG UFG UFG UFG UFG UFG
Saneamento básico rural	132		132	20 10 30 30 30 12	Giovana Carla Elias Fleury Paulo Sérgio Scalize Humberto Carlos Ruggeri Júnior Karla Alcione da Silva Cruvinel Jussanã Milograna Nolan Ribeiro Bezerra Teixeira	Ma. Dr. Dr. Dra. Dra. Dra.	- - - - 380.210.211-87 565.231.301-34	UFG UFG UFG UFG IFG IFG

Resumo

(Preenchimento obrigatório)

Nº total de professores: 22

Nº de professores doutores: 19

Nº de professores mestres: 3

Nº de professores especialistas: 0

Nº de professores de outras instituições: 4

Porcentagem de carga horária de professor da UFG: 84,17 %

Porcentagem de carga horária de professor externo: 15,83% (esta porcentagem não pode ultrapassar 40%)

OBSERVAÇÃO: Se a disciplina tiver, por exemplo, 40 horas e contar com três docentes, informar qual a CH de cada docente nesta disciplina

8.5 Relação dos Docentes e respectivos Links dos Currículos Lattes na Base de Dados do CNPq (www.cnpq.br).

Nome do Curso: Curso de Especialização em Saneamento e Saúde Ambiental (CESSA)

Coordenadora: Katia Alcione Kopp

Subcoordenadora: Karla Emmanuela Ribeiro Hora

ORDEM	DOCENTES	TITULAÇÃO	LINKS CURRICULUM LATTES
1	Amone Inácia Alves	Dra.	http://lattes.cnpq.br/4562850692564105
2	Bárbara Souza Rocha	Dra.	http://lattes.cnpq.br/8046110202782418
3	Daniela Dallegrave	Dra.	http://lattes.cnpq.br/7963448404748668
4	Danielle Silva Beltrão	Dra.	http://lattes.cnpq.br/2457897453660602
5	Fabíola Souza Fiaccadori	Dra.	http://lattes.cnpq.br/0993842409303174
6	Giovana Carla Elias Fleury	Ma.	http://lattes.cnpq.br/7261192320054240
7	Gislei Siqueira Knierim	Ma.	http://lattes.cnpq.br/3513968437316920
8	Humberto Carlos Ruggeri Júnior	Dr.	http://lattes.cnpq.br/1316502250729632
9	Jussanã Milograna	Dra.	http://lattes.cnpq.br/3129133378606569
10	Karla Alcione da Silva Cruvinel	Dra.	http://lattes.cnpq.br/7889484406721543
11	Karla Emmanuela Ribeiro Hora	Dra.	http://lattes.cnpq.br/6451685640638572
12	Katia Alcione Kopp	Dra.	http://lattes.cnpq.br/1861626532483595
13	Kleber do Espírito Santo Filho	Dr.	http://lattes.cnpq.br/6683875174015834
14	Leandro Nascimento da Silva Rodrigues	Dr.	http://lattes.cnpq.br/2325549910393944
15	Lilian Carla Carneiro	Dra.	http://lattes.cnpq.br/6506744224041777
16	Marcos André de Matos	Dr.	http://lattes.cnpq.br/1492491906180226
17	Nolan Ribeiro Bezerra	Dra.	http://lattes.cnpq.br/7805750900666580
18	Otaliba Libânia de Moraes Neto	Dr.	http://lattes.cnpq.br/4030124246791320
19	Patrícia Layne Alves	Dra.	http://lattes.cnpq.br/7557021110557781
20	Paulo Sérgio Scalize	Dr.	http://lattes.cnpq.br/0957896448117207
21	Rafael Alves Guimarães	Me.	http://lattes.cnpq.br/7847112412490217
22	Valéria Pagotto	Dra.	http://lattes.cnpq.br/9865313041988933

9. DISCIPLINAS

Nome da Disciplina: Fundamentos da EaD e ambientação digital

Ementa: História da educação à distância; como aprender a aprender em educação à distância; características pedagógicas e tecnológicas, possibilidades e limitações dos ambientes virtuais de aprendizagem; apresentação e experimentação no uso das ferramentas de comunicação e interação em ambientes digitais de aprendizagem; literacias digitais.

Metodologia: As atividades dessa disciplina serão realizadas de forma presencial (um encontro em Goiânia) e em ambiente virtual por meio de estudos de caso, vídeos sobre assuntos específicos, apostilas, e-book e animações.

Bibliografia básica:

- ALMEIDA, M. E. B. Formando professores para atuar em ambientes virtuais de aprendizagem. In: ALMEIDA, F. J. (Coord). Projeto Nave. Educação a distância: formação de professores em ambientes virtuais e colaborativos de aprendizagem. São Paulo: [s.n.], 2001.
- ALVES, L.; NOVA, C. (Orgs.). Educação a distância: uma nova concepção de aprendizagem e interatividade. São Paulo: Futura, 2003.
- BALLALAI, R. (Org.). Educação à Distância. Niterói: GRAFCEN, 1991.
- BARBOSA, R. M. Ambientes virtuais de aprendizagem. Porto Alegre: Artmed Editora, 2005.
- BELLONI, M. L.. Educação a Distância. 4.ed.São Paulo: Autores associados, 2003.
- LÉVY, P. O que é virtual. São Paulo: Editora 34, 1999.
- PAIVA, V. L. M. (Org.). Interação e Aprendizagem em Ambiente Virtual. Belo Horizonte: Faculdade de Letras, UFMG, 2001.
- PALLOF, R. M.; PRATT, K. Construindo comunidades de aprendizagem no ciberespaço: estratégias eficientes para salas de aula on-line. Porto Alegre: Artmed, 2002.
- PEREIRA, A.T. C. (Org.). AVA - Ambientes Virtuais de Aprendizagem em Diferentes Contextos. Rio de Janeiro: Editora Ciência Moderna, 2007.
- RIBEIRO, A. E.; NOVAES, A. E. C. Letramento Digital em 15 Cliques. Rio de Janeiro: Editora RHJ, 2012.
- SILVA, M (Org.). Educação Online: teorias, práticas, legislação, formação corporativa. São Paulo: Loyola, 2003.
- TAKAKI, N. H. Letramentos na Sociedade Digital: navegar é e não é preciso. Jundiaí: Paco Editorial, 2012.

Nome da Disciplina: Comunidades rurais e tradicionais e seu ambiente

Ementa: Processos geográficos e históricos da formação das comunidades tradicionais, tais como quilombolas e ribeirinhos, bem como sua diversidade cultural, diversidade de modo de produção e sua relação com os recursos naturais; saberes populares e conhecimentos tradicionais; análise das questões referentes ao espaço geográfico de ordem política, legal e de direito e sua interface com os problemas fundiários com ênfase na distribuição dessas terras no território goiano; aspectos históricos relativos

ao processo de ordenamento territorial e de construção social no campo com ênfase nos principais agentes e atores transformadores; reforma agrária e assentamentos rurais, aspectos históricos, políticas públicas e de representação coletiva frente aos movimentos sociais; assentamentos rurais e agricultura familiar: aspectos socioeconômicos da agricultura familiar e suas dimensões de gênero, geração, equidade e sustentabilidade; juventude e sucessão rural; produção familiar: experiência de gestão em cooperativas e redes de desenvolvimento local de base ecológica e novas formas de relação com o mercado; economia solidária; conceitos básicos e métodos em biologia da conservação; contextualização das principais ameaças à biodiversidade e sua implicação ao setor produtivo; preservação e recuperação de áreas de preservação permanente (APPs); Políticas de Meio Ambiente, Recursos Hídricos e Saneamento; bacias hidrográficas e comitês de bacias; processos participativos e integrados de gestão ambiental; princípios e processos agroecológicos; sistemas de agricultura alternativa e produção sustentável; manejo alternativo e integrado de pragas; métodos aplicados em agrossistemas; tipologia dos mercados e a sensibilidade da demanda por produtos ambientalmente sustentáveis; formas de certificação e a legislação federal que regula a agricultura orgânica e agroecológica.

Metodologia: Todas as atividades serão realizadas em ambiente virtual por meio de estudos de caso, vídeos sobre assuntos específicos, apostilas, e-books e animações.

Bibliografia básica:

- ABERS, R.; VON BULOW, M. “Movimentos sociais na teoria e na prática: como estudar o ativismo através da fronteira entre Estado e sociedade?”. *Sociologias*, Porto Alegre, ano 13, n. 28, p. 52-84, 2011.
- ABRAMOVAY, R. O capital social dos territórios: repensando o desenvolvimento territorial. *Economia Aplicada*, v. 4, n. 2, abr./jun. 2000.
- ADIB, R. A. Plano territorial de desenvolvimento rural sustentável: guia de planejamento. Brasília: SDT/MDA, 2005.
- ALTIERI, M. A. Agroecologia: a dinâmica produtiva da agricultura sustentável. 3 ed. Porto Alegre: Editora da Universidade – UFRGS, 2001. (Síntese Universitária, 54).
- ALVES E. Medidas de produtividade. Dilemas da agricultura familiar. Documento manuscrito. Comunicado pelo autor. 15 p. Brasília, 2002.
- AMADO, F. A. Di T. Direito Ambiental Esquematizado. 3^a ed. São Paulo: Método, 2012.
- ANDRADE, Á. A. X.; MOREIRA, D. C.; MOURA, R. A. O Papel da Organização Social e Ambiental nos Assentamentos Rurais. Disponível em:<https://www2.cead.ufv.br/espaco_Produtor/scripts/verArtigo.php>? Acesso em: fevereiro de 2014.
- ARAÚJO, U. C. DE. Revista Palmares: Cultura Afro Brasileira. Brasília: Fundação Palmares, 2005.
- ARAÚJO, U. C. DE. Revista Palmares: Pérolas negras. Brasília: Fundação Palmares, 2006.
- ARAÚJO, U. C. DE. Revista Palmares: Pré-Conferência Nacional de Cultura Afro-brasileira. Brasília: Fundação Palmares, 2010.
- ARAÚJO, Z. Revista Palmares: Viva a cultura AFRO-BRASILEIRA! Brasília: Fundação Palmares, 2010.
- BRASIL. MINISTÉRIO DO DESENVOLVIMENTO AGRÁRIO. II Plano Nacional de Reforma Agrária: paz, produção e qualidade de vida no meio rural. Brasília: Ministério do Desenvolvimento Agrário, 2003.

- BRASIL/ IPEA. Políticas sociais: Acompanhamento e Análise. Brasília: IPEA, 2011.
- BRASIL/INCRA. Regularização de Território Quilombola: Perguntas e Respostas. Brasília: INCRA, 2017.
- BRASIL/MMA. Programa nacional de conservação e uso sustentável do Cerrado: Programa cerrado sustentável. Brasília: Editora do MMA, 2003.
- CABRAL, L. R. *et al.* Guia de Políticas Públicas para Comunidades Quilombolas. Brasília: SPPIR, 2013.
- CAPORAL, F. R.; COSTABEBER, J. A. Agroecologia e desenvolvimento rural sustentável: perspectivas para uma nova Extensão Rural. In: ETGES, V. E. (org.). desenvolvimento rural: potencialidades em questão. Santa Cruz do Sul: EDUSC, 2001. p.19-52.
- CAPORAL, F. R.; COSTABEBER, J. A. Agroecologia e Extensão Rural: Contribuições para a promoção do Desenvolvimento Rural Sustentável. Brasília: MDA/SAF/DATER - IICA, 2004.
- CARNEIRO, M. J. Ruralidade: novas identidades em construção. *Estudos Sociedade e Agricultura*, Rio de Janeiro, n. 11, p. 53-75, 1998.
- CARVALHO, H. M. de. Uma resignificação para a reforma agrária no Brasil. Passo Fundo: Movimento de Mulheres Camponesas, 2010. Disponível em: <http://www.mmcbrasil.com.br/artigos/111209_reforma_agraria.pdf>. Acesso em: 07 de jan. de 2010.
- CARVALHO, H. M. Interação Social e as Possibilidades de Coesão e de identidades Sociais no Cotidiano da Vida Social dos Trabalhadores Rurais nas Áreas Oficiais de Reforma Agrária no Brasil. Curitiba: Nead – Núcleo de Estudos Agrários e Desenvolvimento Rural, 1999.
- CARVALHO, R. M. A.; LIMA, G. F. DA C. Comunidades Quilombolas, Territorialidade e a Legislação no Brasil: Uma Análise Histórica. *Revista de Ciências Sociais - Política e Trabalho*, v. 1, n. 39, p. 329–346, 2013.
- COBRA, H. Revista Palmares: Centenários negros. Brasília: Fundação Palmares, 2014.
- COSTABEBER, J. A.; CAPORAL, F. R. Possibilidades e alternativas do desenvolvimento rural sustentável". In: VELA, H. (Org.). *Agricultura Familiar e Desenvolvimento Rural Sustentável no Mercosul*. Santa Maria: Editora da UFSM/Pallotti, 2003. p.157-194
- COSTABEBER, J. A.; MOYANO, E. Transição agroecológica e ação social coletiva. *Agroecologia e Desenvolvimento Rural Sustentável*, v.1, n.4 p.50-60, out./dez. 2000.
- CULLEN JR., L.; VALLADARES-PADUA, C.; RUDRAN, R. (Org.). Métodos de estudos em biologia da conservação e manejo da vida silvestre. 2. ed. Rio de Janeiro: UFPR, 2006.
- DELGADO, G. C.; GASQUES, J. G.; VILLA VERDE, C. M. Agricultura e políticas públicas. 2^a edição. Brasília: IPEA, 1996.
- FLORES, M. Desenvolvimento local: um caminho para o novo mundo rural. In: AGUIAR, D. R. D.; PINHO, J. B. (Eds.). *Agronegócio brasileiro: desafios e perspectivas*. Brasília: Sociedade Brasileira de Economia e Sociologia Rural – SOBER, pp. 187- 194, 1998.
- FURTADO, M. B.; PEDROZA, R. L. S.; ALVES, C. B. Cultura, identidade e subjetividade quilombola: uma leitura a partir da psicologia cultural. *Psicologia & Sociedade*, v. 26, n.1, p. 106–115, 2014.
- GEHLEN, I. Políticas públicas e desenvolvimento social rural. São Paulo Perspectiva. [online]. 2004, vol. 18, n.2, pp. 95-103. ISSN 0102-8839. Disponível em: <

- <http://www.scielo.br/pdf/spp/v18n2/a10v18n2.pdf>. Acesso em: novembro de 2013.
- GLIESSMAN, S. R. Agroecologia: processos ecológicos em agricultura sustentável. Porto Alegre: Editora da Universidade/UFRGS, 2000.
- GÓMEZ, J. R. M. Desenvolvimento em (des)construção: narrativas escalares sobre desenvolvimento territorial rural. Presidente Prudente, 2006. Tese (Doutorado em Geografia) – Faculdade de Ciências e Tecnologia, Universidade Estadual Paulista, 2006.
- INÊS ULHÔA. Revista Palmares: A FCP chega aos 21 anos. Brasília: Fundação Palmares, 2009.
- KAGEYAMA, A. Desenvolvimento rural: conceitos e aplicação no caso brasileiro. Porto Alegre: Editora da UFRGS: Programa de Pós-Graduação em Desenvolvimento Rural, 2008.
- KIEHL, E.J. Fertilizantes Orgânicos. São Paulo: Ceres, 1985.
- LUSA, M. G. *et al.* “Política Nacional de Assistência Técnica e Extensão Rural e serviço social: o campo como desafio”. Cadernos CERU, v. 24, n. 1, pp. 115-135, 2013.
- MACHADO, I. F. Educação do campo e diversidade. Perspectiva, v. 28, n.1, p. 141–156, 2011.
- MARQUES, M.I. M. De Sem Terra a “Posseiro”, A Luta pela Terra e a Construção do Território Camponês no Espaço da Reforma Agrária: O Caso dos Assentados nas Fazendas Retiro e Velha – GO. São Paulo: Dissertação de Mestrado, Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas da universidade de São Paulo, 2000.
- MARTINS, J. S.. “As mudanças nas relações entre a sociedade e o Estado e a tendência à anomia nos movimentos sociais e nas organizações populares”. Estudos Avançados, v. 14, n. 38, pp. 268-78, 2000.
- MEDEIROS, L.; BARBOSA, M. V.; FRANCO, M. P.; ESTERCI, N.; LEITE S. (Orgs.). Assentamentos rurais: uma visão multidisciplinar. São Paulo: Editora UNESP, 1994.
- MELLO, P. F. “Reforma agrária brasileira: uma análise da brokerage”. Estudos Sociedade e Agricultura, v. 20, n. 2, pp. 430-50, 2012.
- MIRANDA, C. A. S. Comunidades Quilombolas do Brasil: Desafios e Perspectivas. Cordis. Revoluções, cultura e política na América Latina, v. 1, n. 11, p. 253–279, 2013.
- NUER. Territórios Quilombolas: Reconhecimento e titulação das terras. Florianópolis: NUER/UFSC, 2005. v. 2
- OLIVEIRA, F. B.; DABADIA, M. I. V. Territórios quilombolas em contextos rurais e urbanos brasileiros. Rev. Geo. UEG, v. 4, n. 2, p. 257–275, 2015.
- OLIVEIRA, G. DA S.; FERREIR, S. D. A. Quilombos Contemporâneos: Diálogos Entre Passado e Presente em uma Perspectiva Educacional de Resistência. V Colóquio Internacional: Educação e Contemporaneidade. Anais. São Cristóvão: SEC, 2011.
- PINTO JR., J. M.; FARIA, V. A. Função social da propriedade: dimensões ambiental e trabalhista. Brasília: Núcleo de Estudos Agrários e Desenvolvimento Rural, 2005.
- PRIMACK, R. B. E E. RODRIGUES. Biologia da Conservação. Londrina: Ed. Planta, 2005.
- PRIMAVESI, A. Agroecologia: ecosfera, tecnosfera e agricultura. São Paulo: Nobel, 1997.
- REIGOTA, Marcos. Meio ambiente e representação social. 2 ed. São Paulo: Cortez, 1997.

- RIBEIRO, I. P. *Titulação de territórios quilombolas: a reação da Bancada Ruralista.* 2015. 136 p. Dissertação de Mestrado - Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro, 2015.
- ROCHA, C. F. D. Biologia da Conservação – Essências. Ribeirão Preto: Rima. 2006.
- ROCHA, H. F. Análise e mapeamento dos tipos de assentamentos no Brasil. Presidente Prudente, 2008. Relatório (Iniciação Científica em Geografia) – Faculdade de Ciências e Tecnologia, Universidade Estadual Paulista, 2008.
- ROSA, M. O engenho dos movimentos: reforma agrária e significação social na zona canavieira de Pernambuco. Rio de Janeiro: Garamond, 2011.
- SABOURIN, E. “Reforma agrária no Brasil: considerações sobre os debates atuais”. *Estudos Sociedade e Agricultura*, v. 16, n. 2, pp. 151-184, 2008.
- SCHMITT, A.; TURATTI, M. C. M.; CARVALHO, M. C. P. DE. A atualização do conceito de quilombo: identidade e território nas definições teóricas. *Ambiente & Sociedade*, n. 10, p. 129–136, 2002.
- SCHUMAHER, S. Quilombo: espaço de resistência de homens e mulheres negros. Rio de Janeiro: REDEH, 2005.
- SIGAUD, L.; MACEDO, M. E.; ROSA, M. C. Ocupações e acampamentos: sociogênese das mobilizações por reforma agrária no Brasil (Rio de Janeiro, Rio Grande do Sul e Pernambuco) 1960-2000. Rio de Janeiro: Garamond, 2010.
- SILVA, G. S. DA; SILVA, V. J. DA. Quilombos brasileiros: alguns aspectos da trajetória do negro no Brasil. *Revista Mosaico*, v. 7, n. 2, p. 191–200, 2014.
- SILVA, G.; MELO, S. F. B. Análise Religiosa E Cultural Das Comunidades Quilombolas Na Atualidade. *Anais do IV Colóquio de História*. Anais. 2011.
- SILVA, M. A. DE M.; FURTADO, M. L. S. Respeito à igualdade pela diferença: o contexto das políticas públicas e a questão quilombola no Maranhão. O público e o privado, n. 16, p. 81–98, 2010.
- SIQUEIRA, M. D. L. Quilombos no Brasil e a singularidade de Palmares. *Cadernos da Secretaria Municipal de Educação e Cultura de Salvador*, p. 1–12, 2003.
- SOUZA, A. L. de; FILIPPI, E. E. Controvérsias do desenvolvimento territorial: alguns aspectos da ruralidade na Amazônia brasileira. *Revista Conexões*, Belém, v. 1, n.1, p. 91-116, 2008.
- SOUZA, B. O. Movimento Quilombola: Reflexões sobre seus aspectos político-organizativos e identitários. *Reunião Brasileira de Antropologia*. Anais...Porto Seguro: 2008.
- TONNEAU, J. P. & TEIXEIRA, O. A. Políticas públicas e apoio institucional à agricultura familiar no Brasil: agroecologia e estratégias de desenvolvimento rural. *Raízes*, Vol. 21, nº 2, pp. 295-303, Campina Grande, jul-dez. 2002.
- ULHÔA, I.; JUNIOR, W. S. *Revista Palmares: Duas décadas de luta*. Brasília: Fundação Palmares, 2008.
- ZAMBERLAM, J.; FRONCHETI, A. Agricultura ecológica: preservação do pequeno agricultor e do meio ambiente. Petrópolis: Vozes, 2001.

Nome da Disciplina: Metodologia científica e do trabalho popular

Ementa: Definição de ciência; conhecimento científico e conhecimento popular; método científico – métodos de abordagem e de procedimentos; o que é pesquisa científica; classificação das pesquisas; aspectos éticos na pesquisa científica; etapas da pesquisa; estrutura do projeto de pesquisa; normas para textos científicos e a ABNT; histórico, conceitos e princípios da Educação Ambiental; educação ambiental e o

Programa de Educação Ambiental e Mobilização Social em Saneamento (PEAMSS); diretrizes do PEAMSS; metodologias de diagnóstico participativo; temas geradores em saúde e saneamento; estratégias metodológicas participativas para ações educativas em saúde e saneamento; educomunicação; o conceito de Didática; pressupostos teóricos, históricos, filosóficos e sociais da Didática; dimensões político-sociais, técnicas e humanas da Didática e suas implicações no processo de ensino e aprendizagem; planejamento e avaliação educacional; articulação entre a Didática e as Didáticas específicas; metodologias de ensino; fundamentos de Educação Popular e Estratégias de ensino aprendizagem.

Metodologia: Todas as atividades serão realizadas em ambiente virtual por meio de estudos de caso, vídeos sobre assuntos específicos, apostilas, e-books e animações.

Bibliografia básica:

BRANDÃO, C. R. O que é Educação Popular. São Paulo: Brasiliense, 2006. (Coleção Primeiros Passos)

BRASIL. FUNDAÇÃO NACIONAL DE SAÚDE. Orientações metodológicas para Programa de Educação Ambiental em Saneamento para pequenos municípios: Caderno de orientações: Caderno 1. Feira de Santana: UEFS – Brasília: Funasa, 2014. 61 p.

BRASIL. MINISTÉRIO DAS CIDADES. SECRETARIA NACIONAL DE SANEAMENTO AMBIENTAL. PROGRAMA DE EDUCAÇÃO AMBIENTAL E MOBILIZAÇÃO SOCIAL EM SANEAMENTO. 2009. Caderno metodológico para ações de educação ambiental e mobilização social em saneamento. Brasília, DF: Ministério das Cidades, 2009. 100 p.

BRASIL. MINISTÉRIO DAS CIDADES. SECRETARIA NACIONAL DE SANEAMENTO AMBIENTAL. DEPARTAMENTO DE ARTICULAÇÃO INSTITUCIONAL. Diretrizes para ações de Educação Ambiental e Mobilização Social em Saneamento– Documento de referência conceitual. Brasília, DF: Ministério das Cidades, 2009. 48 p.

BRASIL. MINISTÉRIO DAS CIDADES. SECRETARIA NACIONAL DE SANEAMENTO AMBIENTAL. Tema Transversais: saneamento e educação ambiental: guia do profissional em treinamento: nível 2. Salvador: ReCESA, 2008. 69 p.

CASTRO, A.D.; CARVALHO, A. M. P. de. Ensinar a Ensinar. São Paulo: Pioneira Thomson Learning, 2005.

FREIRE, P. 1996. Pedagogia da autonomia: saberes necessários à prática educativa/Paulo Freire. – São Paulo: Paz e Terra, 1996. (Coleção Leitura).

HELLER, L.; NASCIMENTO, N. O. Pesquisa e desenvolvimento na área de saneamento no Brasil: necessidades e tendências. Eng. sanit. ambient. v. 10, n. 1, p 24-35, 2005.

LIBÂNEO, J. C. Didática. São Paulo: Cortez, 2004.

MARCONI, M. A.; LAKATOS, E. M. Fundamentos de metodologia científica. 5 ed. São Paulo: Atlas, 2003. 311 p.

PRODANOV, C. C. Metodologia do trabalho científico [recurso eletrônico]: métodos e técnicas da pesquisa e do trabalho acadêmico. 2 ed. Novo Hamburgo: Feevale, 2013.

TURATO, E. R.. Métodos qualitativos e quantitativos na área da saúde: definições, diferenças e seus objetos de pesquisa. Rev Saúde Pública, v. 39, n. 3, p. 507-514, 2005.

- VEIGA, I. P. A. (Org). Técnicas de ensino: novos tempos, novas configurações. Campinas: Papirus, 2006.
- VIANELLO, L. P. Métodos e técnicas de pesquisa. Disponível em: http://disciplinas.nucleoead.com.br/pdf/Livro_mtp.pdf. Acesso em: 24 de fevereiro de 2018. Acesso em 18 de março 2018.

Nome da Disciplina: Promoção da Saúde em Comunidades Rurais

Ementa: Panorama histórico dos aspectos de saúde pública, saneamento, meio ambiente e recursos hídricos Brasil; políticas de Saúde; aspectos conceituais relacionados ao saneamento básico e ambiental, meio ambiente, recursos hídricos e saúde e doença; determinantes dos processos saúde e doença; conceitos básicos da Epidemiologia; sistemas de informação em saúde ambiental; DATASUS; noções de planilhamento e análise de dados; noções básicas de estatística descritiva; estudos de caso; projetos de intervenção; georreferenciamento em saúde e medidas de frequência em epidemiologia; principais organismos presentes nas amostras de água e os riscos à saúde; coleta, transporte e armazenamento das amostras para análises microbiológicas; normas para prevenção; avaliação e controle de infecções inerentes à contaminação; doenças de transmissão hídrica e alimentar (DTHA); toxinas naturais de plantas e fungos e substâncias químicas; verminoses; doenças transmitidas por insetos vetores; medidas de prevenção e controle de doenças; “nutrição, bem-estar, autocuidado; tecnologias em saúde; noções de avaliação de tecnologias de gestão em saúde; tradução do conhecimento; produção de tecnologias de promoção da saúde com ênfase em segurança e saneamento rural; marco conceitual; aplicação do modelo FPEEEA na avaliação do impacto na saúde da população.

Metodologia: Todas as atividades serão realizadas em ambiente virtual por meio de vídeo aula para apresentação do conteúdo, recursos didáticos visuais e audiovisuais, infográficos, animações, vídeos sobre assuntos específicos e material didático disponibilizado em meio digital.

Bibliografia básica:

- BANCO DO BRASIL. Banco de tecnologias Sociais. Disponível em: http://tecnologiasocial.fbb.org.br/tecnologiasocial/banco-de-tecnologias-sociais/pesquisar-tecologias/pesquisar-tecologias.htm?COD_TEMA=8AE389DB2F072B55012F079ED8656A5A&PAL_AVRA_CHAVE=saneamento. Acesso em 07 de março de 2018. [Banheiro Redondo: Saneamento Básico em Propriedades Rurais]; [Saneamento Básico na Área Rural - Fossa Séptica Biodigestora]; [Sistema de Acesso à Água Pluvial para Consumo das Comunidades Extrativistas].
- BATISTA, M. F. S.; ALBUQUERQUE, P. C. A produção da saúde e a população do campo: uma experiência no assentamento de reforma agrária em Pernambuco – Brasil. Tempus, actas de saúde colet, Brasília, v. 8, n. 2, p. 173-194, 2014.
- BORJA, P. C. Avaliação da Qualidade Ambiental Urbana – Uma contribuição metodológica. 1997. 227 f. Dissertação (Mestrado em Arquitetura e Urbanismo) – Programa de Pós-Graduação em Arquitetura e Urbanismo, Faculdade de Arquitetura, Universidade Federal da Bahia, Salvador.

- BRASIL. FUNDAÇÃO NACIONAL DA SAÚDE. Impactos na saúde e no sistema único de saúde decorrentes de agravos relacionados a um saneamento ambiental inadequado / Fundação Nacional de Saúde – Brasília: Fundação Nacional de Saúde, 2010. 246 p.
- BRASIL. MINISTÉRIO DA SAÚDE. 2009. A experiência brasileira em sistemas de informação em saúde. Ministério da Saúde, Organização Pan-Americana da Saúde, Fundação Oswaldo Cruz. – Brasília: Editora do Ministério da Saúde. 2 v., 2009. (Série B. Textos Básicos de Saúde).
- BRASIL. MINISTÉRIO DA SAÚDE. ORGANIZAÇÃO PAN-AMERICANA DA SAÚDE. Avaliação de impacto na saúde das ações de saneamento: marco conceitual e estratégia metodológica. Organização Pan-Americana da Saúde. – Brasília: Ministério da Saúde, 2004. 116 p.
- BRASIL. MINISTÉRIO DA SAÚDE. SECRETARIA DE VIGILÂNCIA EM SAÚDE. Departamento de Vigilância em Saúde Ambiental e Saúde do Trabalhador. Avaliação de Impacto à Saúde – AIS: metodologia adaptada para aplicação no Brasil / Ministério da Saúde, Secretaria de Vigilância em Saúde, Departamento de Vigilância em Saúde Ambiental e Saúde do Trabalhador. – Brasília: Ministério da Saúde, 2014, 68 p.
- BRASIL. MINISTÉRIO DA SAÚDE. Secretaria de Vigilância em Saúde. Coordenação-Geral de Desenvolvimento da Epidemiologia em Serviços. Guia de Vigilância em Saúde: volume único [recurso eletrônico], 2^a ed. Brasília: Ministério da Saúde, 2017. 705 p. Disponível em: <http://portalarquivos.saude.gov.br/images/pdf/2017/outubro/06/Volume-Unico-2017.pdf>. Acesso em 07 de março de 2018.
- BRASIL. MINISTÉRIO DA SAÚDE. SECRETARIA DE VIGILÂNCIA EM SAÚDE. DEPARTAMENTO DE VIGILÂNCIA EPIDEMIOLÓGICA. Doenças infecciosas e parasitárias: guia de bolso/Ministério da Saúde, Secretaria de Vigilância em Saúde, Departamento de Vigilância Epidemiológica. – 7. ed. rev. – Brasília : Ministério da Saúde, 2008. 372 p.: Il. – (Série B. Textos Básicos de Saúde).
- BRASIL. MINISTÉRIO DA SAÚDE. SECRETARIA DE VIGILÂNCIA EM SAÚDE. Vigilância ambiental em saúde: textos de epidemiologia. Brasília: Ministério da Saúde, 2004. 132 p. (Série A. Normas e Manuais Técnicos).
- BRASIL. MINISTÉRIO DAS CIDADES. Organização Pan Americana da Saúde; Política e Plano Municipal de Saneamento Ambiental. Experiências e Recomendações: Organização Pan Americana da Saúde. Ministério das Cidades. Programa de Modernização do Saneamento. Brasília: OPAS, 2005. 89p.
- BRIGGS, D., CORVALÁN, C.; NURMINEN, M. 1996. Linkage Methods for Environmental and Health Analysis: General Guidelines. Geneva: UNEP, USEPA and WHO, 1996.
- CARVALHO, S. R. Saúde Coletiva e Promoção da Saúde: sujeito e mudança. São Paulo: Editora Hucitec, 2005. 183 pp.
- CHAPMAN, E. Mecanismos de tradução do conhecimento para a formulação de Políticas Informadas por Evidências. Boletim do Instituto de Saúde – BIS, v. 17, n. 1 – Junho 2016.
- COHEN, S. C. Habitação saudável como um caminho para a promoção da saúde. 2004. Tese (Doutorado em Saúde Pública). Rio de Janeiro: Escola Nacional de Saúde Pública, Fundação Oswaldo Cruz. 2004.
- CONTANDRIOPoulos, A.; CHAMPAGNE, F.; DENIS, J.; AVARGUES, M. “L’evaluation dans le domaine de la santé: concepts et méthodes.” Revue Epidemiologie et Santé Publique, v. 48, p. 517-539, 2000.

- CORVALÁN, C., BRIGGS, D.; KJELLSTRÖM, T. Development of Environmental Health Indicators. In: Linkage Methods for Environmental and Health Analysis: General Guidelines. Geneva: UNEP, USEPA and WHO. Pp. 19-53, 1996.
- DOSSIÊ ABRASCO: um alerta sobre os impactos dos agrotóxicos na saúde/Organização de Fernando Ferreira Carneiro, Lia Giraldo da Silva Augusto, Raquel Maria Rigotto, Karen Friedrich e André Campos Búrigo. - Rio de Janeiro: EPSJV; São Paulo: Expressão Popular, 2015.
- HELLER, L. Saneamento e saúde. Brasília: OPAS - Organização Pan-Americana da Saúde, 1997. 102 p.
- INSTITUTO TRATA BRASIL. Ranking do Saneamento 2016. Disponível em: <http://www.tratabrasil.org.br/datafiles/estudos/ranking/2016/relatorio-completo.pdf>. Acesso em 16 de março de 2018.
- MADIGAN, M. T.; MARTINKO, J. M.; DUNLAP, P. V.; CLARK, D. P. Microbiologia de Brock. 12 ed. Porto Alegre: Artmed, 2010.
- MELLO, D. A. *et al.* Promoção à saúde e educação: diagnóstico de saneamento através da pesquisa participante articulada à educação popular (Distrito São João dos Queiróz, Quixadá, Ceará, Brasil). Cad. Saúde Pública, Rio de Janeiro, v. 14, n. 3, p. 583-595, Jul. 1998.
- MERHY, E. E.; FEUERWERKER, L. C. M. Novo olhar sobre as tecnologias de saúde: uma necessidade contemporânea. In: MANDARINO, A. C. S.; GOMBERG, E. (Orgs.). Leituras de novas tecnologias e saúde. São Cristóvão: Editora UFS, 2009. p.29-74.
- MURRAY, P. Microbiologia Médica. 7. Ed. Rio de Janeiro: Elsevier, 2014.
- OLIVEIRA, R. G.; GRABOIS, V.; MENDES JR., W. V. (Orgs.). Qualificação de gestores do SUS. Rio de Janeiro, RJ: EaD/Ensp, 2009. 404p.
- ORGANIZAÇÃO PAN-AMERICANA DA SAÚDE. Módulos de Princípios de Epidemiologia para o Controle de Enfermidades. Módulo 4: vigilância em saúde pública. Brasília: Organização Pan-Americana da Saúde; Ministério da Saúde, 2010. 52 p.
- ORGANIZAÇÃO PAN-AMERICANA DA SAÚDE. Módulos de Princípios de Epidemiologia para o Controle de Enfermidades. Módulo 5: pesquisa epidemiológica de campo – aplicação ao estudo de surtos. Brasília: Organização Pan-Americana da Saúde, 2010. 98 p.
- ORGANIZAÇÃO PAN-AMERICANA DA SAÚDE. Módulos de Princípios de Epidemiologia para o Controle de Enfermidades. Módulo 1: apresentação e marco conceitual. Brasília: Organização Pan-Americana da Saúde; Ministério da Saúde, 2010. 30 p.
- ORGANIZAÇÃO PAN-AMERICANA DA SAÚDE. Módulos de Princípios de Epidemiologia para o Controle de Enfermidades. Módulo 2: Saúde e doença na população. Brasília: Organização Pan-Americana da Saúde; Ministério da Saúde, 2010. 48 p.
- ORGANIZAÇÃO PAN-AMERICANA DA SAÚDE. Módulos de Princípios de Epidemiologia para o Controle de Enfermidades. Módulo 6: controle de enfermidades na população. Brasília: Organização Pan-Americana da Saúde; Ministério da Saúde, 2010. 38 p.
- PELCZAR, M.; CHAN, E. C. S.; KRIEG, N. R. Microbiologia: conceitos e aplicações - vol. I e II. São Paulo: Makron do Brasil, 1996.
- PHILIPPI JR, A. (Ed). Saneamento, Saúde e Ambiente: fundamentos para um desenvolvimento sustentável. Barueri, SP: Manole, 2005.

- SILVEIRA, A. B. G. Estratégias para a universalização do saneamento rural: um estudo baseado em experiências internacionais. 2013. Dissertação (Mestrado Profissional em Gestão e Regulação dos Serviços Públicos de Saneamento Básico) - Escola Nacional de Saúde Pública, Fundação Oswaldo Cruz, Brasília, 2013.
- SOARES, S. R. A.; BERNARDES, R. S. & CORDEIRO NETTO, O. M. Relações entre saneamento, saúde pública e meio ambiente: elementos para formulação de um modelo de planejamento em saneamento. Cad. Saúde Pública, Rio de Janeiro, v. 18, n. 6, p. 1713-1724, 2002.
- SOUZA, C.M.N. Relação Saneamento-Saúde-Ambiente: os discursos preventivista e da promoção da saúde. Saúde Soc. São Paulo, v.16, n.3, p.125-137, 2007. Disponível em: http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0104-12902007000300012 Acesso em: 07 de março de 2018
- TORTORA, G. J.; FUNKE, B. R.; CASE, C. L. Microbiologia. 8 ed. Porto Alegre: Artmed, 2005.
- TRABULSI, L. R.; ALTHERTUM, F. 2008. Microbiologia. 5 ed. São Paulo: Atheneu, 2008.
- VIEIRA-DA-SILVA, L. M.; FORMIGLI, V. L. A. Avaliação em Saúde: Limites e Perspectivas. Cadernos de Saúde Pública, v, 10, n. 1, p. 80-91, 1994.
- WONCA. Policy on Quality and Effectiveness of Rural Health Care. Monash University School of Rural Health; Traralgon, Vic., 2002. Disponível em: <http://www.sbmfc.org.br/media/file/GT%20Medicina%20Rural/quality%20and%20effectiveness%20of%20rural%20health%20care%202002.pdf>. Acesso em 07 de março de 2018.
- WONCA. Working Party on Rural Practice, Health for All Rural People Planning Committee. Creating Unity for Action: An Action Plan for Rural Health. Monash University School of Rural Health; Traralgon Vic., 2003.
- WORLD HEALTH ORGANIZATION – WHO. Guidelines for drinking-water quality. 4th. ed. WHO chronicle, v. 38, p. 104-108, 2011.

Nome da Disciplina: Saneamento Básico Rural

Ementa: Partes constituintes do sistema de saneamento básico (água, esgoto, drenagem e resíduos); fontes de contaminação de água, solo e ar; qualidade da água; legislações específicas aos eixos do saneamento básico; competências legais para implantação do saneamento rural; técnicas de tratamento e preservação da água; tecnologias aplicadas à captação, tratamento, reservação, e distribuição de água; desenvolvimento de atividade interativa com construção de tecnologias de abastecimento de água; tecnologias para coleta, transporte e tratamento de esgoto sanitário; desenvolvimento de atividade interativa com construção das unidades de tratamento; tecnologias para coleta, tratamento e disposição de resíduos sólidos; desenvolvimento de atividade interativa com construção das unidades de tratamento e destinação final; tecnologias e boas práticas de projeto de drenagem; desenvolvimento de atividade interativa com construção das unidades de drenagem; marco conceitual para a implementação do Plano de Segurança da Água Potável; definição de objetivos e metas de saúde; concepção dos Planos de Segurança da Água e de Esgotamento Sanitário.

Metodologia: Todas as atividades serão realizadas em ambiente virtual por meio de vídeo aula para apresentação do conteúdo, recursos didáticos visuais e audiovisuais,

infográficos, animações, vídeos sobre assuntos específicos e material didático disponibilizado em meio digital.

Bibliografia básica:

- ASCE. Hydrology handbook. Manuals of Engineering Practice n. 28. Committee on Hydrology of the Hydraulics Division, 1957. 184p.
- ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE NORMAS TÉCNICAS - ABNT. Resíduos Sólidos: classificação, NBR 10.004. Rio de Janeiro, 1987. 63p.
- ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE NORMAS TÉCNICAS. NBR 10004: resíduos sólidos: classificação. Rio de Janeiro, 2004.
- ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE NORMAS TÉCNICAS. NBR 12809: resíduos de serviços de saúde: gerenciamento de resíduos de serviços de saúde intraestabelecimento. Rio de Janeiro, 2013.
- ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE NORMAS TÉCNICAS. NBR 13230: Simbologia indicativa de reciclagem e identificação de materiais plásticos. Rio de Janeiro, 2008.
- ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE NORMAS TÉCNICAS. NBR 13896: aterros de resíduos não perigosos: critérios para projeto, implantação e operação. Rio de Janeiro, 1997.
- ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE NORMAS TÉCNICAS. NBR 15113: resíduos sólidos da construção civil e resíduos inertes: aterros: diretrizes para projeto, implantação e operação. Rio de Janeiro, 2004.
- ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE NORMAS TÉCNICAS. NBR 15849: resíduos sólidos urbanos: aterros sanitários de pequeno porte: diretrizes para localização, projeto, implantação, operação e encerramento. Rio de Janeiro, 2010.
- ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE NORMAS TÉCNICAS. NBR 8419: apresentação de projetos de aterros sanitários: procedimento. Rio de Janeiro, 1996.
- ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE NORMAS TÉCNICAS. NBR 9690: Impermeabilização: mantas de cloreto de polivinilina (PVC). Rio de Janeiro, 2007.
- BARTRAM, J.; CORRALES, L.; DAVISON, A.; DEERE, D.; DRURY, D.; GORDON, B.; HOWARD, G.; RINEHOLD, A.; STEVENS, M. Water safety plan manual: step-by-step risk management for drinking water suppliers. World Health Organization. Geneva, 2009.
- BRASIL. FUNDAÇÃO NACIONAL DA SAÚDE. Apresentação de projeto de drenagem e manejo ambiental em áreas endêmicas de malária. Brasília: Funasa, 2013. 32 p.
- BRASIL. FUNDAÇÃO NACIONAL DA SAÚDE. Arranjos tecnológicos para tratamento de esgotos sanitários de forma descentralizada. Brasília: Fundação Nacional da Saúde, 2013, 68p.
- BRASIL. FUNDAÇÃO NACIONAL DA SAÚDE. Elaboração de projeto de melhorias sanitárias domiciliares. Brasília: Fundação Nacional da Saúde, 2014, 32 p.
- BRASIL. FUNDAÇÃO NACIONAL DA SAÚDE. Manual de Cloração de Água em Pequenas Comunidades Utilizando o Clorador Simplificado Desenvolvido pela Funasa. Fundação Nacional de Saúde. – Brasília: Funasa, 2014, 36 p.
- BRASIL. FUNDAÇÃO NACIONAL DA SAÚDE. Manual de Saneamento. 3a edição rev. Brasília: Fundação Nacional da Saúde, 2015, 648p.
- BRASIL. FUNDAÇÃO NACIONAL DA SAÚDE. Operação e manutenção de tanques sépticos – lodo: manual de boas práticas em disposição do lodo acumulado em filtros plantados com macrófitas e desinfecção por processo térmico. Brasília: Fundação Nacional da Saúde, 2014, 32 p.

- BRASIL. FUNDAÇÃO NACIONAL DA SAÚDE. Potenciais fatores de risco à saúde decorrentes da presença de subprodutos de cloração na água utilizada para consumo humano. Brasília: FUNASA, 2007. 126p.
- BRASIL. FUNDAÇÃO NACIONAL DE SAÚDE. Manual de fluoretação da água para consumo humano / Fundação Nacional de Saúde. – Brasília: Funasa, 2012. 72 p.
- BRASIL. Gerenciamento de resíduos de serviços de saúde. Brasília, 2006.
- BRASIL. Lei no 11.445, de 5 de janeiro de 2007. Estabelece diretrizes nacionais para o saneamento básico; altera as Leis nos 6.766, de 19 de dezembro de 1979, 8.036, de 11 de maio de 1990, 8.666, de 21 de junho de 1993, 8.987, de 13 de fevereiro de 1995; revoga a Lei no 6.528, de 11 de maio de 1978; e dá outras providências. Diário Oficial da União, Poder Executivo, Brasília, DF, 8 jan. 2007.
- BRASIL. Lei no 12.305, de 2 de agosto de 2010. Institui a Política Nacional de Resíduos Sólidos; altera a Lei no 9.605, de 12 de fevereiro de 1998; e dá outras providências. Diário Oficial da União, Poder Executivo, Brasília, DF, 3 ago. 2010.
- BRASIL. MINISTÉRIO DA SAÚDE. ORGANIZAÇÃO PAN-AMERICANA DA SAÚDE. Avaliação de impacto na saúde das ações de saneamento: marco conceitual e estratégia metodológica. Brasília: Ministério da Saúde, 2004. 116p.
- BRASIL. MINISTÉRIO DA SAÚDE. SECRETARIA DE VIGILÂNCIA EM SAÚDE. Departamento de Vigilância em Saúde Ambiental e Saúde do Trabalhador. Plano de segurança da água: garantindo a qualidade e promovendo a saúde: um olhar do SUS /Ministério da Saúde, Secretaria de Vigilância em Saúde, Departamento de Vigilância em Saúde Ambien- tal e Saúde do Trabalhador. – Brasília: Ministério da Saúde, 2012. 60p.
- BRASIL. MINISTÉRIO DAS CIDADES. Peças Técnicas relativas a Planos Municipais de Saneamento Básico. Ministério das Cidades. Programa de Modernização do Setor de Saneamento. 1ª edição. Brasília, 2009. 265p.
- BRASIL. MINISTÉRIO DAS CIDADES. SECRETARIA NACIONAL DE SANEAMENTO AMBIENTAL. Diagnóstico do manejo de resíduos sólidos urbanos 2011: Sistema Nacional de Informações sobre Saneamento (SNIS): tabelas de informações e indicadores. Brasília, 2013.
- BRASIL. SECRETARIA NACIONAL DE SANEAMENTO AMBIENTAL. Esgotamento sanitário: qualidade da água e controle da poluição: guia do profissional em treinamento: nível 1/Secretaria Nacional de Saneamento Ambiental (org). – Salvador: ReCESA, 2007. 72 p.
- BRASIL. SECRETARIA NACIONAL DE SANEAMENTO AMBIENTAL. Esgotamento sanitário: qualidade da água e controle da poluição: guia do profissional em treinamento: nível 2/Secretaria Nacional de Saneamento Ambiental (org). – Salvador: ReCESA, 2008. 87 p.
- BRASIL. SECRETARIA NACIONAL DE SANEAMENTO AMBIENTAL. Gestão de águas pluviais urbanas. Tucci, Carlos E.M. – Brasília: Ministério das Cidades, 2006. 194p.
- BRASIL. SECRETARIA NACIONAL DE SANEAMENTO AMBIENTAL. Gestão do território e manejo integrado das águas urbanas. Tucci, Carlos E.M. – Brasília: Ministério das Cidades, 2005. 270p.
- CANHOLI, A. Drenagem Urbana e Controle de Enchentes. São Paulo: Editora Oficina de Textos, 2005. 304 p.
- CETESB/DAEE. Drenagem Urbana: Manual de Projeto. São Paulo, SP: Editora da CETESB, 1978.

- COMPANHIA DE TECNOLOGIA DE SANEAMENTO AMBIENTAL - CETESB. Drenagem urbana: manual de projeto. 3. Ed. São Paulo: CETESB; ACETESB, 1986. 464p.
- DEPARTAMENTO DE VIGILÂNCIA EM SAÚDE AMBIENTAL E SAÚDE DO TRABALHADOR. Plano de segurança da água: garantindo a qualidade e promovendo a saúde: um olhar do SUS. Brasília: Ministério da Saúde, 2012. 60p. (Série B. Textos Básicos de Saúde).
- DEPARTAMENTO NACIONAL DE INFRAESTRUTURA DE TRANSPORTES - DNIT. Álbum de projetos – tipo de dispositivo de drenagem (versão preliminar). 4 ed. Rio de Janeiro: IPR, 2011. 167p.
- DEPARTAMENTO NACIONAL DE INFRAESTRUTURA DE TRANSPORTES - DNIT. Manual de implantação básica de rodovia. 3. ed. Rio de Janeiro: IPR, 2010. 617p.
- DI BERNARDO, L. Métodos e técnicas de tratamento de água. v. 2. Rio de Janeiro: ABES, 1993.
- HELLER, L.; PÁDUA, V. L. (Orgs.). Abastecimento de água para consumo humano. Belo Horizonte: UFMG, 2006. 859p.
- HELLER, L.; PÁDUA, V. L. Abastecimento de água para consumo humano. Editora UFMG, Belo Horizonte, 2010. 859p.
- IEIRA, J. M. P. A strategic approach for Water Safety Plans: implementation in Portugal. journal of Water and Health, 2011.
- IMHOFF, K. R. K. Manual de Tratamento de Águas Residuárias. São Paulo, SP: Edgard Blucher, 1996.
- INSTITUTO BRASILEIRO DE ADMINISTRAÇÃO MUNICIPAL – IBAM. Manual de Gerenciamento Integrado de resíduos sólidos. Rio de Janeiro: IBAM, 2001. 200 p.
- KELLNER, E.; PIRES, E. C. Lagoas de Estabilização: projeto e operação. Rio de Janeiro, RJ: ABES, 1998.
- LIBÂNIO, M. Fundamentos de Qualidade e Tratamento de Água. Campinas, SP: Átomo, 2016.
- MIRANDA, L. A. S. Sistemas e processos de tratamento de águas de abastecimento/Luis Alcides Schiavo Miranda e Luis Olinto Monteggia. - Porto Alegre: (S. n.), 2007, 148p.
- NOKES, C.; TAYLOR, M. Towards public health risk management plan implementation in New Zealand. In: SCHMOLL, O.; CHORUS, I. Water Safety Conference Abstracts, 2003.
- NUVOLARI, A. Dicionário de Saneamento Ambiental. São Paulo, SP: Oficina de Textos, 2013.
- ORGANIZAÇÃO MUNDIAL DA SAÚDE – OMS. Planejamento da Segurança do Saneamento. Manual para o uso e eliminação segura de águas residuais, águas cinzentas e dejetos, 2016.
- ORGANIZACIÓN PANAMERICANA DE LA SALUD - OPAS. AIDIS. ASOCIACIÓN INTERAMERICANA DE INGENIERÍA SANITARIA Y AMBIENTAL. Emergencias y Desastres en Sistemas de Agua Potable y Saneamiento: guía para una respuesta eficaz, 2004. 90p.
- RED DE AGUA Y SANEAMIENTO DE HONDURAS. RAshON. Guía para La implementación de Planes de Seguridad de agua em el Sector Rural de Honduras. Guía Técnica del Instructor para aplicación com las juntas Administradoras de Agua Potable, 2009. 104p.

- REDE NACIONAL DE CAPACITAÇÃO E EXTENSÃO TECNOLÓGICA EM SANEAMENTO AMBIENTAL – ReCESA. Guia do profissional em treinamento. Qualidade da Água e Padrões de Potabilidade. Nucase/Secretaria Nacional de Saneamento/Ministério das Cidades, 2008. 55 p.
- RESENDE, B. TUCCI, C. E. M. Análise hidráulica e hidrológica dos problemas de inundação urbana na cidade de Estrela, RS. Relatório Técnico, 1979, p.29.
- RICHTER, C. A.; AZEVEDO NETTO, J. M. Tratamento de água. Tecnologia atualizada. São Paulo: Editora Edgard Blucher Ltda. 5^a Reimpressão, 2003
- SCHALC, V.; LEITE, W. C. DE A.; JÚNIOR, J. L. F.; CASTRO, M. C. A. A. Gestão e Gerenciamento de Resíduos Sólidos. São Carlos, Universidade de São Paulo. 2002.
- SECRETARIA NACIONAL DE SANEAMENTO AMBIENTAL. Sistema Nacional de Informações sobre Saneamento: diagnóstico dos serviços de água e esgotos 2008. Brasília: MCIDADES.SNSA, 2010. 408p.
- SHAMMAS, N. K.; WANG, L. K. Water engineering: hydraulics, distribution, and treatment. 1. Ed. Hoboken, New Jersey: Wiley, 2015, 832p.
- SILVA, M. O. S. A. Análises físico-químicas para controle de estação de tratamento de esgotos. São Paulo: CETESB, 1977. 266p.
- SILVA, W. T. L. Saneamento básico rural/Wilson Tadeu Lopes da Silva. Brasília, DF: Embrapa, 2014.
- TSUTIYA M. T., Abastecimento de Água. São Paulo: Editora Daikoku Ltda., 2006. 643 p.
- TUCCI, C. E. M. (Org.). Hidrologia: Ciência e Aplicação. Porto Alegre, Ed. da Universidade Federal do Rio Grande do Sul: ABRH: EDUSP, 1993. 944p.
- TUCCI, C. E. M. Gerenciamento de drenagem urbana. Revista Brasileira de Recursos Hídricos. v. 7, n. 1, p. 5-27, 2002.
- TUCCI, C. E. M. Modelos Hidrológicos. ABRH/Editora da Universidade UFRGS, Porto Alegre, 1998. 669p.
- TUCCI, C. E. M.; PORTO, R. L. L.; BARROS, M. T. Drenagem Urbana. Porto Alegre, ABRH/UFRGS, 1995.
- VAN ELK, A. G. H. P. Redução de emissões na disposição final. Ministério do Meio Ambiente e Cidades. Rio de Janeiro: IBAM, 2007. 40 p
- VESILIND, P. A.; MORGAN, S. M. Introdução à Engenharia Ambiental. São Paulo: Cengage Learning, 2011.
- VIEIRA, J. M. P.; MORAIS, C. Manual para a elaboração de planos de segurança da água para consumo humano. Minho: Instituto Regulador de Águas e Resíduos, Universidade do Minho: 2005. 175p. (série Guias Técnicos, 7).
- VON SPERLING, M. Introdução à Qualidade das Águas e ao Tratamento de Esgotos. Belo Horizonte, MG: UFMG, 2014.
- VON SPERLING, M. Princípios Básicos de Tratamento de Esgotos. Belo Horizonte, MG: UFMG, 2016.
- WHO. World Health Organization. Guidelines for Drinking-Water Quality. Geneva: WHO. second Edition. 1998.
- WHO. World Health Organization. Guidelines for drinking-water quality. Geneva: WHO. ird edition. 2004.
- WHO. World Health Organization. Water safety plans. Managing drinking- water quality from catchment to consumer. Geneva: WHO. 2005.
- WORLD HEALTH ORGANIZATION – WHO. Guidelines for drinking-water quality. 4th. ed. WHO chronicle, v. 38, p. 104-108, 2011.